

THIS PAPER WAS DELIVERED AT THE AMILCAR CABRAL FORUM
IN PRAIA
JANUARY 2013

Amílcar Cabral como promotor do pan-africanismo

Por Carlos Lopes

Introdução

Por ocasião do quadragésimo aniversário do assassinato de Amílcar Cabral vale a pena tentar casar várias simbologias que conduzem ao contributo singular deste protagonista da unidade africana. Este ano também se celebram os 50 anos de história da União Africana, e seu predecessor, a OUA, tornando este momento ainda mais refletivo.

Na semana passada assinei -na minha qualidade de dirigente da Comissão Económica para a Africa, casa onde a OUA começou as suas cimeiras e onde as fez até à oferta de uma nova sede pela China há dois anos atrás- dizia eu, assinei, um compromisso com a Presidente da Comissão da União Africana, Dra. Nokasazana Dlamini-Zuma, e o Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, para lutar por um novo paradigma para o continente que ressuscite o espírito pan-africano de solidariedade e a reivindicação para uma oportunidade de independência no pensamento africano, a que se convencionou chamar de Renascimento Africano. A ideia, de Renascimento Africano, provém do movimento político mais antigo do continente, o ANC, de que a Dra. Dlamini-Zuma é uma digna representante.

Dado o meu percurso pessoal, iniciado intelectualmente sob a batuta de Mário de Andrade, encontrar-me envolvido na formatação do que será o ideal pan-africano para o horizonte 2063, ou seja para os próximos 50 anos, é algo de enriquecedor e emocionante. Pareceu-me pois apropriado poder, em tais circunstâncias, fazer recurso à fonte inesgotável de ensinamentos que constitui a obra de Amílcar Cabral. Faço-o também consciente de que a hagiografia de um personagem não é um caminho recomendável. Cabral é importante porque ele mesmo combateu, ex-ante, essa tendência de mistificar o herói para muitas vezes melhor o esquecer, senão o enterrar.

Vale a pena citá-lo longamente:

“Durante a vida dos grandes revolucionários, as classes opressoras recompensam-nos com incessantes perseguições (...). Depois da sua morte, tentam fazer deles ícones inofensivos,

canonizam-nos, por assim dizer, rodeando o seu nome com uma certa auréola, a fim de “consolar” as classes ou nações oprimidas, e de as mistificar; fazendo-o esvaziam a doutrina revolucionária do seu conteúdo, depreciam-na e destroem-lhe a força revolucionária.” [Cabral, 1976]

Com esta lucidez e com este carimbo passo então a apresentar alguns argumentos que permitam entender a forma como Cabral abraçou e, depois, ajudou, a conceber o ideal pan-africano.

1. Pan-Africanismo como ideologia

Segundo Thandika Mkandawire a relação entre intelectuais africanos e o pan-africanismo e o nacionalismo são ao mesmo tempo simbióticas e contraditórias. [Mkandawire, 2005] Ali Mazrui acrescenta que podemos imaginar intelectualismo em África sem pan-africanismo mas o contrário não é possível. Joseph Ki-Zerbo afirmou, por seu turno, que o nacionalismo africano bebeu desde o início no conceito pan-africanista, sem o qual deixa de ter qualquer sentido; disse ainda que o pan-africanismo sem a sua dimensão de libertação nacional é um absurdo. Ou seja é impossível falar de pan-africanismo sem referir os intelectuais que o conceberam e estes desde logo são os protagonistas da formulação política que conduz ao nacionalismo e libertação nacional. [idem]

O pan-africanismo foi esboçado primeiro por Henry Silvester Williams. A sua ideia chave era a defesa dos negros no mundo inteiro contra a exploração e abuso. Outro americano, W.E.B. Du Bois retomou o tema mas deu-lhe um conteúdo à volta de direitos. Quando George Padmore, de Trinidad, e Kwame Nkrumah, do Gana, entraram em cena, e se juntaram a Du Bois, Jomo Kenyatta, do Quênia, ou do jamaicano Dudley Thompson, e realizaram o Congresso Pan-Africano de Manchester, em 1945, o seu manifesto girava à volta da necessidade das independências africanas. O próprio Nkrumah vai passar por várias fases de evolução política do seu pensamento sobre o pan-africanismo. A formação da OUA, em Maio de 1963, quando Nkrumah já é Presidente do seu país, marca o nascimento de uma visão mais pragmática e menos idealista do pan-africanismo, apesar de este continuar a proclamar a completa integração do continente. Entre a visão de Du Bois e a do jamaicano Marcus Garvey o debate é também polarizante: uns querendo direitos, outros, lutas.[Devés-Valdés, 2008]

Para os jovens africanos que em Lisboa se reuniam na mesma altura à volta do Centro de Estudos Africanos e se empenhavam no que chamaram de “reafricanização dos seus espíritos”, no enalço do Congresso de Manchester, as influências não se limitavam à descoberta destes protagonistas de língua inglesa e o movimento cultural do Harlem Renaissance. Amílcar Cabral e seus companheiros leem Jorge Amado e a literatura social brasileira, o pensamento socialista editado no Brasil, e descobrem a Revista Présence Africaine e a sua divulgação da negritude e poesia dita negra.

Na Présence Africaine o debate polarizante é antes entre: Léopold Sédar Senghor que promove um ideal pan-africano no domínio das ideias, da cultura e da estética, mostrando que

a negritude é um valor que integra o todo universal e sem o qual este não têm sentido ou coerência, numa espécie de contraponto ao princípio hegeliano; e Aimé Césaire, da Martinica, que parece ter sido o criador do próprio termo “negritude”, e que devido às suas ligações ao Partido Comunista Francês (que mais tarde denunciará como incapaz de transcender os seus preconceitos), imprime um conteúdo mais político.

A ponte entre os intelectuais da geração de Cabral, como afetuosamente Mário Andrade os designou, e os movimentos em torno da revista *Présence Africaine*, fazem-se por iniciativa deste último.

Foi em 1947 que Alioune Diop, senegalês, criou a revista *Présence Africaine*, em Paris. Seis anos depois, Mário de Andrade, o “bibliotecário” do grupo que gravitava à volta da Casa dos Estudantes do Império em Lisboa, com expoentes intelectuais em Francisco José Tenreiro, de S. Tomé e Príncipe, e o próprio Amílcar Cabral, já estava a bater à porta de Alioune Diop à procura mais de constituir rede, do que emprego. Torna-se secretário particular de Diop; e com essa função vai desempenhar um papel na organização dos primeiros Congressos de Escritores e Artistas Negros em Londres, Paris e Roma.

As lutas pela independência estão a começar a ganhar corpo. As independências valorizadas são aquelas resultantes da demonstração de uma capacidade de protagonismo africano, como no Gana, Quênia, ou a Guiné de Sékou Touré; mas a inspiração primeira vêm do FLN argelino. Todos, sem exceção, se referem ao pan-africanismo, apesar das divisões nítidas que depois encontrarão eco na OUA, entre os moderados do grupo de Monróvia e os mais radicais do grupo de Casablanca.

Amílcar Cabral, no rubro da sua ação mobilizadora, multiplica as suas frentes de intervenção, para além da Guiné e Cabo Verde. A Frente Revolucionária Africana para a Independência e, depois, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, são sua criação, secundado na intendência e trabalho intelectual por Mário de Andrade. Estas são formas mais elaboradas para dar corpo organizacional aos seus ideais, assumidamente pan-africanistas.

A construção ideológica do pan-africanismo faz-se com uma panóplia grande de atores. Entre muitos Cabral foi um denominador intelectual importante nos anos 60. A sua articulação sobre o pan-africanismo descolava do diapasão racial. Efetivamente, desde os seus primórdios, o pan-africanismo debateu-se com duas vertentes de solidificação: a geografia e a raça, o continente, ou o negro.

A génese do conceito é construída por uma diáspora desprovida de ligação umbilical à terra africana. Era natural que desse uma importância maior ao fator racial, definindo o negro como o denominador comum dos objetivos pan-africanos. Nos Estados Unidos e, por arrastamento, no Caribe, o jus sanguíneos sempre teve uma superioridade sobre o jus Solis em todas as repartições de poder.

Segundo o grande pensador palestino Edward Said, *“a mente precisa de ordem, e a ordem é alcançada pela discriminação e registo de tudo, colocando tudo aquilo de que a mente têm consciência num lugar seguro e fácil de localizar, dando assim às coisas um papel a cumprir na*

economia dos objetos e identidades que constituem um ambiente.” [Said, 1997] Quer isto dizer que as construções abstratas como a raça e a geografia são criações humanas para ajudar a definir as alteridades: o, nós, versus eles. Elevadas a uma dimensão política são o protótipo de uma definição ideológica, entendida como a manifestação humana de uma crença profunda, ou de uma proclamação de posicionamento na escala de poder.

Cabral cedo compreendeu os perigos de uma deriva racial dos princípios pan-africanistas. São sobejamente citadas as suas declarações sobre a luta pela libertação nacional não ser uma luta contra os portugueses, ou contra os brancos, ou as suas explicações pedagógicas sobre a indumentária e costumes ditos africanos não serem muito diferentes de outros povos, noutros momentos históricos. Havia uma preocupação permanente dele em não ceder à pressão de colorar o pan-africanismo, preferindo Cabral definir a luta de libertação nacional como um fator de cultura, por se tratar de uma demonstração da capacidade dos povos em retomar o seu percurso na História.

2. Pan-Africanismo e cultura

A relação entre cultura e história encontra em Cabral um grau de sofisticação que o faz aparecer em todos os livros atuais sobre filosofia africana. [Hallen, 2002] A sua contribuição destaca-se pela originalidade em usar categorias de análise marxistas sem nunca cair no mimetismo de Nkrumah e outros líderes da época. Cabral recusava rótulos e posicionava-se sem complexo de inferioridade ou facilitismo. Era rebuscado.

Talvez a outra figura comparável em destaque na época seja o caribenho naturalizado argelino Frantz Fanon. Cabral parece ter sido muito influenciado por este psiquiatra que teve um papel fundamental na construção ideológica do FLN. Pelo menos três conceitos utilizados exaustivamente por Cabral têm uma correlação direta com os postulados antes desenvolvidos por Fanon: a definição de unidade, a falta de ideologia em África e o combate pelo lugar na História.

Fanon preocupou-se muito com a interpretação das razões para a desunião e contradições na luta. No final da sua vida mostrou-se mesmo muito desiludido com Nkrumah –ele foi representar o FLN em Acra depois da independência do Gana. Acabou mesmo por querer sair dessa função em Acra- tendo preferido deixar o conforto da cidade, partindo para o Norte do Mali para apoiar a Frente. Curioso que hoje se travem batalhas nas mesmas paragens contra grupos armados que nada têm a ver com esta história ilustre. Foi Said quem disse que *“o erro epistemológico do fundamentalismo é considerar que os “fundamentos” são categorias a-históricas, que não estão sujeitas a, e por conseguinte estão fora do escrutínio crítico dos verdadeiros crentes, que se supõe os aceitam de boa-fé”*. [Said, 1997] Na realidade a luta contra os fundamentalismos explica a preocupação de Fanon e Cabral sobre a unidade.

Analisando as dificuldades de Lumumba para unificar os independentistas no Congo Fanon observou que, não podia haver uma África a lutar contra o colonialismo, e uma outra a fazer conluios. A sua última obra *“Les damnés de la Terre”*, publicada em 1961, elabora sobre a cooperação económica da Nigéria na Libéria ou a cooperação política integrativa entre o Mali, a Guiné (Conacri) e o Gana, como exemplos da unidade.[Adi/Sherwood, 2003]

Por seu turno Cabral devotou à questão da unidade o essencial dos seus escritos políticos. A análise de alguns tipos de resistência define pedagogicamente as contradições entre os vários interesses de grupo e classe na Guiné e Cabo Verde. A própria conceção da Unidade Guiné-Cabo Verde, inscrita no Programa maior do seu PAIGC, justifica-se pela realidade histórica e pelo desejo de uma unidade em congruência com o pan-africanismo. Cabral conhecia bem a vertente nativista cabo-verdiana refratária a uma identidade puramente africana, mas desprezava-a como uma manifestação classista.

Relativamente à ausência de ideologia, tratava-se de demonstrar a necessidade de vontade própria, um debate muito contemporâneo, hoje usado com roupagem nova: “ownership”, apropriação. Trata-se, na realidade, da mesma reivindicação de compromisso que assinaram as três entidades, CEA; BAD e União Africana, que referi no início desta comunicação.

Cabral conseguiu explicar de uma forma gráfica a questão da unidade como tendo de ser baseada no interior. Vale a pena citá-lo:

“Quando o povo africano afirma. Na sua linguagem chã, que “por mais quente que seja a água da fonte, ela não coze o arroz”, enuncia, com chocante simplicidade, um princípio fundamental, não só da física como da ciência política. Sabemos com efeito que a orientação (o desenvolvimento) d um fenómeno em movimento, seja qual for o seu condicionamento exterior, depende principalmente das suas características internas. Sabemos também que no plano político, por mais bela e atraente que seja a realidade dos outros, só poderemos transformar verdadeiramente a nossa própria realidade com base no seu conhecimento concreto e os nossos esforços e sacrifícios próprios.” [Cabral. 1976]

Em 1960, desde Acra, Fanon já escrevia, um ano antes de morrer, que o maior problema que ameaçava a África era o fato da burguesia africana que chegava ao poder pensar que podia fazer política como um negócio. Referia-se à ausência de ideologia própria. [Adi/Sherwood, 2003]

Fanon também explicou o racismo em termos semelhantes. Para ele era outra demonstração da incapacidade de discernimento: a prova da hierarquização imposta pelo colonizador para consolidar o seu controlo; mas, também, uma forma de rejeição e destruição da cultura do colonizado. Uma arma ideológica de negação, do não reconhecimento do lugar na História do outrem. Cabral retoma este tema, e, faz dele, um dos princípios basilares para a sua explicação dos fundamentos da libertação nacional: a procura de um lugar na História e, como tal, uma manifestação suprema da capacidade de um povo de validar a sua cultura. Cabral afirma “os nossos povos, sejam quais forem os seus estádios de desenvolvimento económico, têm a sua própria História”. [Cabral, 1976]

Estes diálogos indiretos entre as prestações concetuais de Fanon e Cabral influenciaram a terceira geração de pan-africanistas, embora não tenham logrado fechar o debate sobre estas questões. Continua-se ainda hoje a visitar os mesmos temas, com a precariedade do desconhecimento maior da narrativa, mesma, do pan-africanismo.

3. Pan-Africanismo e a questão identitária

Segundo Claude Dubar identidade não é o que é necessariamente idêntico mas antes o resultado de uma contingência de identificação. Um misto entre a diferenciação e a generalização. A primeira em termos da singularidade de alguém ou qualquer coisa em relação a outra, e a segunda em termos do denominador comum de um conjunto. O paradoxo de identidade é o fato do que é único também ser o que é partilhado. Este paradoxo só se resolve tomando em conta o elemento comum das duas operações de diferenciação e generalização: a identificação de e pelo outro.[Dubar, 2000]

O que tudo isto quer dizer é que as identidades variam em função do contexto, e, claro está, em função da História. Como construções abstratas humanas elas representam uma fotografia de um determinado momento ou período. Aplicado ao debate sobre o pan-africanismo significa que a construção identitária feita em função de território ou raça pode alterar-se em função das realidades. Nada é estático na identidade. A evolução dos meios de comunicação e o alcance das novas formas de contato e rede, oferecidos pelas novas tecnologias, fortificam identidades plurais. Por essa mesma razão o pan-africanismo hoje passa por uma leitura completamente diferente dos idos anos 50. Mas o pan-africanismo ainda oferece uma porta apelativa do passado, serve de referencial político, e até, de âncora para melhor compor os imperativos do desenvolvimento que provam uma maior integração regional.

Na Europa fala-se de espírito ou projeto europeu, na Ásia de valores asiáticos, no mundo árabe de primavera árabe. Estas são formas contemporâneas de valorização identitária. O pan-africanismo precede-as todas e mantém um vigor referencial que é deveras extraordinário. As razões para esta perenidade podem ser encontradas, parcialmente, como diz Said, no fato *“de que a geografia e a história imaginativas ajudam a mente a intensificar o seu próprio sentido de si mesma mediante a dramatização da distância e da diferença entre o que está próximo dela e o que se encontra longe”*. [Said, 1997] Talvez pelo seu percurso histórico, mas também pelo seu sucesso, seja como ideologia, seja como fato identitário, o pan-africanismo foi-se mutando ao longo do tempo.

Desde cedo Cabral e Mário de Andrade, alertados pelas derivas totalitárias de Sékou Touré, Nkrumah e Kenyatta, se preocuparam com a utilização identitária como forma de construção de uma ideologia travesti do pan-africanismo. Para proteger os movimentos a que estavam associados de tais perigos, multiplicaram os apelos à democracia popular e direta. Esta revelou-se porém ser uma muito débil resposta a tendências que se revelaram fortíssimas.

A famosa chamada de atenção de Cabral para o suicídio da pequena burguesia deve ser entendida como um eufemismo para confessar a impossibilidade de conter as derivas dos movimentos nacionalistas, ou o seu aproveitamento para fins menos nobres. Na realidade trata-se de uma confissão indireta de que o processo histórico, expressão tão usada nos anos 60, tomaria seu rumo. Para mal do pan-africanismo e do próprio projeto nacional.

Chegamos assim ao momento presente onde apenas os protagonistas atuais devem ser responsabilizados pelas escolhas que nos preocupam. Cabral fez a sua parte. Façamos a nossa!

Nota Bibliográfica (apenas com textos citados):

Aid, Hakim/Sherwood, Maria, "Pan-African History. Political figures from Africa and the Diaspora since 1787", Routledge, London, 2003

Cabral, Amílcar, "A arma da teoria", vol.1 Unidade e Luta, Seara Nova, Lisboa, 1976

Devés-Valdés, Eduardo, "O Pensamento Africano sul-saariano", CLACSO-EDUCAM, Rio de Janeiro, 2008

Dubar, Claude, "La crise des identités", PUF, Paris, 2000

Hallen, Barry, "A short history of African Philosophy", Indiana University Press, Bloomington, 2002

Lopes, Carlos, "Africa and the challenges of citizenry and inclusion: the legacy of Mário de Andrade", CODESRIA, Dakar, 2008

Lopes, Carlos, "Os desafios da África contemporânea. O legado de Amílcar Cabral", UNESP, São Paulo, 2011

Mkandawire, Thandika (ed.), "African intellectuals", CODESRIA/Zed Books, London/New York, 2005

Said, Edward, "Orientalismo", Livros Cotovia, Lisboa, 1997